

España. Elena Catalán Martínez analiza la regulación de la religiosidad femenina en el País Vasco (cap. VIII). Por su parte, Ofelia Rey Castelao estudia los conflictos de las monjas con los jueces en la Galicia de fines del antiguo régimen (cap. X). Además, Elisabetta Marchetti analiza la historia de los monasterios de las Carmelitas Descalzas en Italia (cap. XI). Encontramos también un capítulo sobre los espacios de los monasterios, la clausura y el arte en Florencia durante el siglo XVI, de Silvia Evangelisti (cap. XIX) y uno específico que analiza la religiosidad e interés dinástico en la Italia del seiscientos, de Sara Cabibbo (cap. VI). Por otro lado, Rosalva Loreto López nos acerca a las abadesas en el mundo colonial. En las líneas que suscribe pone de manifiesto que el proceso de conquista espiritual del Nuevo Mundo supuso que aumentara, todavía más, la importancia de resguardar la castidad y la pureza femenina. En su capítulo analiza el desarrollo de diferentes esquemas de poder y control por el clero, tanto desde el exterior como desde el interior de los claustros, a través de las funciones de prioras y abadesas.

En definitiva, todos los estudios, análisis y trayectorias vitales que recoge el libro reseñado se basan en la concepción de la historia de las mujeres como la historia de una lucha. Estas mujeres a través de sus obras, cartas, informes, peticiones etc. pusieron de manifiesto una autoridad que desafiaba al imaginario pasivo de la feminidad. Su voz revestida de autonomía en ocasiones llegó a ser de franca oposición y rebeldía, mostrando un forcejo y una voluntad de contestación frente al deseo de dominación de las autoridades religiosas. La forma como históricamente se desarrollaron las relaciones de género apunta a una realidad en tensión y a negociaciones en diferentes grados en cada tiempo, espacio y circunstancia.

Mendes, Paula Almeida, *Paradigmas de papel: a escrita e a edição de “vidas” de santos e “vidas devotas” em Portugal (séculos XVI – XVIII)*, Porto: CITCEM, 2017, 511 p., ISBN: 978-989-8351-82-1

DOI 10.5944/rei.vol.7.2019.22838

Reseña de ROSA MARÍA SÁNCHEZ SÁNCHEZ

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) Universidade do Porto

Obra objecto desta recensão vem preencher o vazio até agora existente em Portugal no âmbito da literatura hagiográfica e biografia devota, mais particularmente, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII. A autora, Paula Almeida Mendes, chama a atenção para a falta de interesse e o “quase completo silêncio” (p. 13) que este género literário tem merecido nas antologias, nos dicionários especializados e nas diversas histórias da literatura, onde as referências a este tipo de textos são praticamente nulas ou inexistentes. Nesse sentido, *Paradigmas de Papel* representa um excelente e muito bem-vindo contributo para todos os estudiosos desta temática, quer no âmbito da história da espiritualidade quer no campo da historiografia ou dos estudos literários.

A obra está cuidadosamente estruturada em três grandes blocos temáticos, subdivididos em diversos capítulos e subcapítulos, dada a extensão do trabalho. A primeira parte, “Escrita de Memória”, tenta estabelecer a diferença entre biografia e hagiografia, propriamente dita, delimitando as características específicas de cada um dos géneros, com base na origem dos mesmos e a sua posterior evolução. Para tal, a autora traça um pertinente percurso histórico do género hagiográfico, desde a antiguidade até ao século XVIII, o que torna mais facilmente compreensível a aceitação e enorme difusão que este tipo de obras teve na Época Moderna.

Resultam especialmente interessantes os capítulos dedicados aos prólogos das hagiografias (pp. 67-86) e às dedicatórias e dedicatários (pp. 87-121), pelo que o seu conteúdo revela em relação às motivações e aos objectivos dos autores, para o primeiro caso, e as figuras a quem estas obras

eram dedicadas, no segundo caso. Tratava-se, na sua grande maioria, dos próprios benfeitores e/ou patrocinadores da impressão da respetiva biografia. Prólogos e dedicatórias, assim como prefácios, privilégios, licenças, protestações, poemas laudatórios ou gravuras formam, no seu conjunto, o grupo dos paratextos, fontes de informação adicional que a autora considerou na sua análise, por constituírem “um espaço importante no sentido de uma afirmação do autor enquanto tal” (p. 67).

No caso das dedicatórias, estamos perante textos que contêm informação preciosa sobre os respectivos dedicatários e/ou dedicatárias. Um dos exemplos com os que a autora ilustra o capítulo a elas dedicado faz referência a uma grande senhora como o foi D. Juliana de Lara de Meneses, duquesa de Aveiro, a quem André de Resende dedicou *Há Sancta Vida, e religiosa conversação de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora* (1570), editada em Évora por André de Burgos (p. 91). O dominicano Fr. António da Piedade, no primeiro tomo do seu *Espelho de Penitentes, Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita observância da Ordem do Seráfico Patriarca S. Francisco, no Instituto Capucho* (1728), faz questão de ressaltar as “heróicas virtudes praticadas por esta ilustre senhora, nas quais perseverou no estado de viúva” (p. 93). Eram estas virtudes a assistência aos pobres e as generosas e repetidas esmolas que lhes oferecia.

Estes paratextos chamam a atenção para alguns aspectos importantes e pouco valorizados pela historiografia portuguesa —como ressalta oportunamente Paula Mendes— relacionados “com a vida espiritual e devota, que nos permitem equacionar a problemática das leituras femininas” (p. 20), e com a formação cultural de clérigos, religiosos, leigos ou nobres, “de forma a compreender o sucesso de certas devoções ou correntes de espiritualidade e modelos femininos entre a aristocracia” (p.121). De aí a necessidade da revalorização do estudo deste tipo de obras.

Na segunda parte da obra, “Escrita e Representação”, a autora faz questão de estabelecer a diferença entre relato hagiográfico propriamente dito e ficção literária, apresentando seguidamente uma análise das diversas formas em que são expostas as sucessivas etapas cronológicas da vida dos “santos”: infância, adolescência, formação académica, dificuldades na con-

cretização da vocação religiosa, morte e imortalização. Com todo este manancial de informação, a jovem investigadora portuguesa consegue caracterizar diversas tipologias e modelos de santidade masculina —o mártir, o bispo, o sacerdote, o religioso, o missionário, o rei/nobre e o eremita— e feminina —a mártir/virgem, a religiosa, as santas penitentes, a casada/viúva, a mulher humilde e o modelo de “Santa Rainha”— enquadrando cada um deles no marco das circunstâncias históricas, sociais e religiosas em que foram venerados.

Vejam-se, a modo de exemplo ilustrativo, as figuras do mártir e da religiosa. No primeiro caso, este tipo de santidade apresenta-se como revitalizador do ideal heróico, da “virtude heróica”, numa época em que as circunstâncias históricas favoreceram o aparecimento desta figura, no âmbito de uma “revalorização da história da santidade do reino português, que acompanha a história política e constitucional” (p. 226). Para a tipologia da religiosa, a autora nos dá a conhecer, entre outros, o curioso caso de Soror Brízida de Sto. António, transformada num autêntico oráculo da aristocracia portuguesa, que a venerava e “tinha fé nas suas orações” (p. 331). Entre eles destacavam-se os duques de Aveiro ou o duque de Cadaval, D. Nuno Alves Pereira, por citar só alguns, que a procuravam para pedir-lhe aconselhamento. Deste modo “não havia na Corte nenhum fidalgo, nem senhora, que não buscasse, nem tratasse com grande amor aquella serva do Senhor, que visivelmente conhecião ser um oráculo do Espírito Santo” (p. 332). No último capítulo deste bloco, “Da morte à imortalização”, a autora realça de forma particular a origem e a evolução do culto às relíquias, assim como a sua revitalização no contexto do concílio tridentino e da “forte polémica reformista em torno da sua veneração, polarizada por Erasmo e Calvino” (p. 373).

A terceira parte da obra é dedicada às funções da santidade, um aspeto que não terá recebido a atenção que merece por parte da historiografia. Paula Mendes mostra como a grande proliferação de hagiografias surgida durante a Época Moderna terá sido, em muitos casos, influenciada por motivos bem específicos, de carácter prático, relacionados com a “concessão de uma continuidade de poder, muito característica das sociedades aristocráticas tradicionais” (p. 391). As “Vidas” editadas por membros do

próprio clã do biografado, “ilustre em virtude” e falecido com *fama sanctitatis*, contribuía para a exaltação e legitimação do prestígio social da família do “santo”, mediante o “reconhecimento de uma superioridade quase carismática” (p. 391). Um outro aspeto que a autora faz questão de ressaltar nesta terceira parte da obra é o fenómeno dos textos hagiográficos como elementos que contribuían na preparação dos processos de beatificação e/ou canonização dos contemplados.

A obra, bem estruturada, que não descarta nenhuma das dimensões do tema abordado, ganha consistência com a referência periódica à figura do jesuíta João Cardim —personagem amplamente estudada pela autora— transformada neste caso no elemento unificador que atua como o exemplo ilustrativo constante ao longo dos sucessivos capítulos. Completa este excelente trabalho uma rica bibliografia assim como uma extensa lista de fontes hagiográficas, que facilitará o acesso a este tipo de obras a todos os interessados.

Não poderíamos concluir esta resenha sem dedicar uma palavra de louvor ao trabalho de edição realizado pelo Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Universidade do Porto, que contribui com mais uma impecável publicação na divulgação do trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação Sociabilidades e Práticas Religiosas, integrado por três gerações de investigadores, nacionais e estrangeiros, trabalhando conjuntamente no campo dos estudos religiosos e de espiritualidade na Época Moderna.